

APÊNDICE “F”

NORMAS DE EXECUÇÃO

1. GENERALIDADES

1.1. A Contratada deverá providenciar crachá de identificação para cada empregado.

1.2. A Contratada deverá manter arquivo com toda a documentação relativa à execução do Contrato, inclusive quanto ao cumprimento de suas obrigações trabalhistas, mediante Carteiras de Trabalho e Previdência Social de empregado, as quais, quando solicitadas, deverão ser apresentadas à fiscalização do MD.

1.3. Os serviços deverão ser rigorosamente executados de acordo com as especificações deste projeto básico, não sendo aceitas quaisquer modificações sem a expressa e formal autorização da fiscalização do MD.

1.4. Todos os serviços executados deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ao Manual de Obras Públicas para Manutenção de Edificações da Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio (SEAP), às normas das concessionárias locais de energia elétrica, água e esgoto; bem como às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

1.5. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao Contrato, até o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei nº 8.666/93.

1.6. A Contratada deverá nomear o Engenheiro ou Arquiteto de seu quadro permanente - Responsável Técnico pelos serviços contratados - para ser preposto da Contratada, ficando encarregado de acompanhar a execução do Contrato, manter entendimentos com a fiscalização da AC/MD, além de orientar, coordenar, fiscalizar e supervisionar as frentes de trabalho, exigindo dos empregados empenho, profissionalismo, esmero e solicitude na execução dos serviços.

1.7. Não será admitido o pagamento de salários abaixo do piso salarial de cada categoria profissional, estipulado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF).

1.8. Qualquer esclarecimento adicional dos serviços a serem executados, objetos do presente Projeto Básico, deverá ser obtido com a fiscalização da AC/MD, junto à Coordenação de Engenharia e Manutenção - COEMA, localizada no subsolo, sala 018, do Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa, Tel.: 3312-8799 e Fax: 3312-8552.

2. LOGÍSTICA

2.1. Os serviços serão executados no Edifício Sede da Administração Central do Ministério da Defesa, Bloco “Q”, localizado em Brasília-DF.

2.2. Todas as providências relacionadas a mobilizações e desmobilizações de pessoal, equipamentos e materiais deverão ser providenciadas pela Contratada.

2.3. O transporte de materiais, equipamentos e pessoal, empregados na realização dos serviços, deverá ser providenciado pela contratada.

2.4. O preposto da contratada, responsável técnico pelos serviços, deverá permanecer diariamente no local dos serviços enquanto forem realizados, estando acessível à fiscalização do MD, a partir do início da prestação dos serviços.

2.5. Todas as despesas acima listadas são fixas, devendo ser computadas na proposta do licitante, e não serão ressarcidas por demanda.

3. EQUIPAMENTOS

3.1. A contratada fornecerá e manterá em condições de uso imediato todos os equipamentos necessários para a correta realização dos serviços, em quantidade adequada e suficiente.

3.2. Os equipamentos ficarão sob a guarda e responsabilidade exclusiva da Contratada.

3.3. O fornecimento de utensílios e materiais de reposição para máquinas e ferramentas utilizadas na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da Contratada.

3.4. Os equipamentos, como instrumentos de medição, que requerem calibração, deverão estar aferidos para uso e certificados por órgão credenciado pelo INMETRO.

3.5. Todas as despesas acima listadas são fixas, devendo ser computadas na proposta do licitante, e não serão ressarcidas por demanda.

4. SEGURANÇA NO TRABALHO

4.1. A Contratada deverá promover medidas de proteção coletiva e individual para a redução ou neutralização dos riscos aos seus empregados relacionados à peculiaridade dos serviços a serem executados, tal como a contratação de engenheiro de segurança do trabalho para visitas semanais aos serviços.

4.2. A contratada fornecerá os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários e compatíveis com as funções por eles desenvolvidas, tais como

óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando seu uso obrigatório e exigindo-lhes que cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física.

4.3. Além dos EPI, a contratada também deverá instalar os meios de proteção coletiva de acordo com as normas e legislação de segurança do trabalho.

4.4. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá seguir as prescrições da Norma NBR-7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção) e, em particular, se orientar pela Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, que altera o capítulo V, do título III da CLT (DOU de 23/12/1977).

4.5. Da mesma forma, deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovadas pela Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 (suplemento do DOU de 06/07/1978), em especial as seguintes normas:

4.5.1. NR. 4 - Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT);

4.5.2. NR. 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);

4.5.3. NR. 6 - Equipamento de Proteção Individual – EPI;

4.5.4. NR. 10 – Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade;

4.5.5. NR. 18 - Serviços de Construção, Demolição e Reparos; e

4.5.6. NR 35 – Trabalho em Altura.

4.6. Observar as alterações das normas acima explicitadas feitas pela Portaria nº 33 de 27 de outubro de 1987 (DOU de 31/07/1987).

4.7. Além de fornecer os equipamentos de segurança em quantidade suficiente, a contratada também deverá instruir os usuários quanto ao correto uso e operação dos equipamentos, devendo tomar todas as providências para o adestramento contínuo da equipe de trabalho.

4.8. A fiscalização poderá ordenar providências para modificar hábitos dos trabalhadores visando a redução de risco de acidentes.

4.9. Todas as despesas acima listadas são fixas, devendo ser computadas na proposta do licitante, e não serão ressarcidas por demanda.

5. UNIFORME

5.1. Todos os empregados deverão exercer seus ofícios uniformizados e calçados

de acordo com cada ofício. Os uniformes deverão apresentar a logomarca da Contratada, estampada em tamanho que permita fácil identificação.

5.2. Os uniformes devem ser compostos de:

- 2 (duas) calças compridas tipo “jeans” ou sarja;
- 2 (duas) camisetas ou camisas de algodão;
- 2 (dois) jalecos de brim;
- 2 (dois) pares de sapato ou botina com sola de borracha, de acordo com a categoria profissional;
- 1 (um) cinto de couro;
- 1 (um) crachá de identificação (54x86mm) com foto; e
- 4 (quatro) pares de meia.

5.3. A Contratada deverá exigir de seus empregados asseio diário de seus uniformes e boa apresentação pessoal, enquanto permanecerem na área da edificação e entorno.

5.4. Todas as despesas acima listadas são fixas, devendo ser computadas na proposta do licitante, e não serão ressarcidas por demanda.

6. INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

6.1. A Contratada deverá pagar mensalmente, aos seus empregados, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, conforme o caso, consoante Laudo Pericial emitido de acordo com as Normas Regulamentadoras nº 15 e 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.2. Todas as despesas acima listadas são fixas, devendo ser computadas na proposta do licitante, e não serão ressarcidas por demanda.

7. MATERIAL

7.1 Quando as circunstâncias ou condições locais tornarem aconselhável a substituição de alguns materiais especificados por outros equivalentes, tal substituição só poderá ser efetuada após autorização por escrito da fiscalização;

7.2 Os materiais empregados deverão ser novos, de primeiro uso, de 1º qualidade e observar as especificações dos fabricantes e atender as normas pertinentes, métodos e ensaios da ABNT;

7.3 Fica estabelecido por **condição de similaridade** o atendimento de materiais ou equipamentos de determinada marca ou fabricação de característica e desempenho igual ou superior, mediante aprovação prévia da fiscalização.

7.4 Os serviços e materiais rejeitados pela fiscalização por não estarem de acordo com o especificado, deverão ser refeitos ou substituídos, arcando a Contratada com o ônus;

7.5 Deverá ser submetida à fiscalização, antes da aquisição, amostras dos materiais a serem utilizados;

8. MÃO-DE-OBRA EMPREGADA

8.1. É de responsabilidade exclusiva da empresa licitante, a definição de quantitativo e remuneração da equipe técnica que executará os serviços e a realização das adaptações necessárias à consecução dos resultados esperados.

9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

9.1. Todos os serviços deverão ser executados sob responsabilidade técnica de Engenheiro Civil ou Arquiteto, integrante da equipe técnica da contratada, habilitado no sistema CONFEA/CREA, conforme Resolução nº. 1.010 do CONFEA, de 22.8.2005 e congêneres.

9.2. A comprovação do registro profissional será realizada pela apresentação de original e cópia da carteira profissional à fiscalização, que reterá a cópia, devolvendo o original, após conferência de dados.

9.3. A responsabilidade técnica sobre os serviços será registrada pela empresa contratada, em Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), sendo uma via entregue à fiscalização do MD.

10. MEDIÇÃO DE SERVIÇOS

10.1. Serão medidos os serviços concluídos, prontos e aceitos pela fiscalização sem restrições, no final da execução do objeto deste contrato, quando então a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente ao valor medido.

MAURÍCIO DINIZ BARBOSA
Coordenador de Engenharia e Manutenção